

EDUCAÇÃO E IMPRENSA CARIOCA NA DÉCADA DE 1950

Libânia Xavier- FE / UFRJ

I. Apresentação

O trabalho que ora apresentamos explora as notícias sobre educação veiculadas nos principais jornais em circulação na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, durante a década de 1950.¹

Procuramos avaliar como as políticas educacionais figuravam nos jornais, sendo estes entendidos como veículos de circulação de idéias e, portanto, formadores de opinião entre o público letrado. A relação dos jornais com a formação de uma *opinião pública* remete-nos ao outro lado do poder de Estado, ou seja, à existência de uma sociedade civil distinta do Estado, a um público de indivíduos associados, interessado em controlar a política do Governo, mesmo não desenvolvendo uma atividade política imediata.

Considerando o alcance do jornal na conformação da sociedade e partindo de um levantamento bastante amplo, nos esforçamos por verificar o que os jornais destacavam dos debates parlamentares, que notícias educacionais veiculava, de que fontes ou informantes estas notícias eram extraídas, o que estes legitimavam ou condenavam. Dessa forma, esperávamos perceber como a imprensa jornalística cumpre, ora uma função de controle, ora uma função legitimadora das instituições. Como veremos a seguir, a relação do MEC com boa parte dos jornais pesquisados evidencia essa dupla função do jornal na conformação de opiniões públicas.

A seleção dos jornais priorizou aqueles que mantinham regularidade diária e que fossem tributários de uma tradição já consolidada junto ao público leitor. Nesse aspecto, destacaram-se as seguintes duplas de jornais: *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* ao lado da *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa*.

No *Correio da Manhã*² verificamos que as notícias referentes ao tema estão alocadas na seção que dispõe sobre os atos da prefeitura e na coluna específica sobre educação, intitulada

Ensino. A coluna *Ensino* é uma espécie de *classificados* onde figuram informativos de diretórios acadêmicos, grêmios escolares, convites a conferências, congressos, aulas inaugurais. Tudo isto intercalado por anúncios de colégios particulares, cursos preparatórios, cursos de idiomas e professores particulares.

As principais referências no *Diário de Notícias* encontram-se em *Notícias da Prefeitura* e na coluna *Diário Escolar – Educação e Cultura*.³ Por sua vez, os vespertinos *Última Hora*⁴ e *Tribuna da Imprensa*⁵ não apresentam uma seção ou coluna destinada à educação, o que tornou o levantamento mais lento, refém da especificidade de cada jornal.

A partir do material levantado apresentaremos alguns traços mais evidentes do contexto educacional conformado nos jornais citados, à época.

II. O contexto educacional conformado nos jornais

A conjuntura democrática que marcou a década de 1950 colocou em relevo as variadas perspectivas de desenvolvimento nacional, permitindo-se observar, através da imprensa, a explicitação de diferentes perspectivas e projetos de reconstrução nacional.

No que tange à política educacional, encontramos uma multiplicidade de ações emanadas do Ministério da Educação e também da Prefeitura do Distrito Federal, com o objetivo de enfrentar as demandas da sociedade por ampliação do acesso à educação escolar. Ao mesmo tempo, observamos o empenho dessas instâncias de Governo em dar uma resposta às pressões em prol da melhoria da qualidade do ensino.

Tanto a primeira ordem de iniciativas — a expansão do acesso à educação escolar — quanto a segunda ordem de demandas — expandir a escolarização garantindo a qualidade do ensino — apontavam para a necessidade de modernização do sistema de ensino e de profissionalização de seus quadros de funcionários. Nesse aspecto, a institucionalização do concurso público para ingresso na carreira do magistério ao lado do investimento na formação inicial e na qualificação dos professores em serviço desponta, ao mesmo tempo, como solução e como problema a ser enfrentado.

A ampliação da rede escolar figura como o imperativo número um da série de notícias que encontramos nos Jornais, no primeiro semestre de 1955. Os jornais anunciavam a liberação de recursos do MEC para, em convênio com os Estados, Territórios e o Distrito Federal, investir na construção de novas escolas, bem como na ampliação e reformas das escolas já existentes. Notícia veiculada no *Correio da Manhã* ⁶ informava que, do total do orçamento do *Plano Nacional de Ampliação e Melhoria do Ensino Primário*, 70% dos recursos estavam destinados à construção e reforma de escolas, distribuindo-se 25% para a alfabetização de adultos e os 5% restantes para a concessão de bolsas de estudo, formação e aperfeiçoamento de técnicos e especialistas de ensino primário e normal. De acordo com notícia anterior, uma portaria determinava a composição de uma Comissão destinada a estudar a aplicação de recursos provenientes daquele fundo de acordo *com as necessidades da população e a renda per capita de cada unidade da federação*.⁷

Segundo o INEP, seriam aplicados recursos na pesquisa das condições culturais do país, na formulação de uma política institucional – abrangendo pesquisas das condições escolares, elaboração de planos e sugestões para a reconstrução educacional de cada região, elaboração de trabalhos sobre administração escolar, construção de currículo, preparo de mestres. Aos Centros Regionais (localizados na Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) caberia o aperfeiçoamento e especialização do professor primário e do curso normal.

Encontramos, ainda, um certo improviso para prover a demanda por vagas, como demonstra a notícia de que a Polícia Militar, em colaboração com a Prefeitura, colocou à disposição da Escola Chile, em Olaria, uma sala de aula para abrigar 120 alunos excedentes daquela escola. Algumas Escolas funcionavam em prédios cedidos por outras agências, como o caso da Escola Primária do Caju, que funcionava em prédio cedido pelo Departamento de Portos, Rios e Canais. ⁸

No segundo semestre de 1955, o *Diário de Notícias* divulgava o plano de prioridades para ampliação da rede primária. Em razão dos excedentes de matrículas, os alunos eram

encaminhados para colégios particulares, matriculados em terceiro turno, ou ainda, acabavam estudando em locais adaptados como galpões, varandas e outras dependências inadequadas. O Plano previa a construção de 300 *salas-classes*, das quais 278 destinadas em ordem crescente de necessidade, aos distritos educacionais mais carentes.⁹ Por outro lado, o Plano de Prioridade da Prefeitura, elaborado pela Secretaria Geral de Educação e Cultura noticiava a construção de 328 modernas escolas primárias, abrindo cerca de 25 mil novas vagas.¹⁰

Um capítulo especial deve ser dedicado à profusão de Campanhas encetadas pelo MEC. No âmbito do Ensino Primário, sobressaem as Campanhas de Construção e Equipamentos Escolares; de Erradicação do Analfabetismo; de Educação de Adolescentes e Adultos ao lado das Campanhas Nacionais de Educação Rural e de Merenda Escolar. No âmbito do Ensino Secundário, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos é a que mais se destaca dentre as demais, destinadas à Educação de Cegos; à Assistência aos Estudantes e à Educação Física. No Ensino Superior, a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior já aponta as bases sobre as quais se daria o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil.

Como estratégia institucional, o “campanhismo” corresponde a uma estrutura vertical e centralizada, composta por uma série de agências independentes umas das outras, porém subordinadas ao órgão central, no caso, o MEC. Ao estudar o campanhismo na área de saúde, André Luiz Vieira de Campos (2000:202) observa que esse modelo fora criticado, já nos anos de 1948, por ser considerado ineficaz e dispendioso.¹¹ De acordo com o autor, a razão de tal crítica estaria na própria estrutura do modelo, formado por uma miríade de agências específicas e autônomas, sem coordenação entre si e sem relação com os órgãos regionais. Em que pesem as distinções entre as áreas de saúde e de educação cabe assinalar que a existência de tantas Campanhas Educacionais é um aspecto que requer um questionamento mais minucioso a respeito da pertinência desse modelo com as diretrizes políticas adotadas pelo MEC naquele período.

No âmbito do ensino primário, as professoras do Instituto de Educação, tão logo concluíam o curso normal, ingressavam automaticamente nas escolas da rede de ensino primário da Prefeitura do Distrito Federal. Isso explica, em parte, o grande destaque que Jornais emprestavam às chamadas de Edital para Concurso de ingresso no Instituto de Educação. Além de concorrido, o processo de seleção era extremamente rigoroso, incluindo provas de elevado grau de dificuldade, além de atestado de saúde com verificação de peso e estatura das candidatas.

Tendo em vista a necessidade de ampliar o número de professores formados para preencher os novos postos abertos com a construção de novas escolas e a consequente abertura de vagas, foram tomadas, inclusive, medidas no sentido de facilitar o ingresso, permanência e promoção de candidatas e alunas dos Cursos de Formação de Professores mantidos pelo Instituto de Educação e pela Escola Carmela Dutra.

No que tange ao ensino de nível médio, aparece nos jornais, com certa freqüência, a prática usual de contratação de professores *substitutos* ou *interinos*, em caráter de urgência e com contrato provisório ou instável; ao lado da promoção de concursos para contratação de novos professores. Após a divulgação do resultado do concurso, transcorria o processo de homologação e, em seguida, os professores ocupavam seus postos nas escolas, devendo aguardar, em exercício, a sua nomeação ou efetivação no cargo.¹²

Como forma de promover o aumento das contratações, a Prefeitura tomou uma série de medidas ao longo do biênio 1955-1956. A relação da Prefeitura do Distrito Federal com o professorado apresenta-se bastante atribulada, à época, em função das mudanças propostas nas formas de ingresso na carreira docente.

Durante o ano de 1955, os anúncios de Edital de Concurso para seleção de professores para a rede pública desdobram-se em notícias por meio das quais se acompanhava o andamento de processos judiciais impetrados pelos professores interinos com vistas à impugnação dos Concursos, reivindicando a prévia contratação dos interinos e, ao mesmo

tempo, recusando-se a participar dos concursos, já que se encontravam no pleno exercício de suas funções.

A esse respeito, a informação publicada no *Diário de Notícias* é bastante ilustrativa. A manchete anunciava: *Contra o veto do Sr. Sá Lessa, os Senadores do PSD, PTB, PR e PSP*. De acordo com a reportagem, a maioria parlamentar teria derrubado o veto ao projeto da Câmara de Vereadores que efetivava professores interinos em detrimento dos que haviam sido aprovados por concurso.¹³ Por sua vez, muitos dos professores que haviam sido aprovados em concurso e não chegaram a ser nomeados formavam Comissões para lutar pelos seus *direitos*, dirigindo-se à redação do Jornal a fim de que este intercedesse por eles junto ao Prefeito.¹⁴

O que se observa no período em questão é a constante tensão entre os processos de funcionarização e profissionalização do magistério, tal como se referiu Nóvoa (1998). Contudo, para além das tensões entre os anseios de *funcionarização* do magistério e a necessidade de se estabelecerem regras definidas para que tal modelo profissional se estabelecesse de forma plena, verificamos a implantação de uma série de medidas de *profissionalização* do magistério público da rede de escolas primárias levadas a efeito por Anísio Teixeira, enquanto esteve à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep/MEC), particularmente, com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), órgão vinculado ao MEC. Nesse Centro, o educador criou a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM) e as Escolas Experimentais.

A publicação de dois livros abordando as perspectivas pedagógicas presentes na experiência da Escola Experimental Guatemala, no DF, indica uma outra linha de ação no sentido da profissionalização do magistério: a publicação de Manuais Didáticos cuja divulgação visava oferecer aos professores a oportunidade de conhecer experiências pedagógicas e observar sugestões de utilização dos métodos ativos na educação das crianças que freqüentavam a escola Primária.¹⁵

III. Considerações Finais

O levantamento sistemático das notícias publicadas nos jornais diários evidenciou o empenho das instâncias de Governo – da parte do MEC e da Prefeitura do Distrito Federal – em atender a diferentes ordens de demandas sociais. Por um lado, garantir a expansão da escolarização das populações urbanas, buscando soluções que iam desde o imprevisto, até a elaboração de planos de construções escolares. Por outro, atender às demandas atinentes ao magistério. Estas, contraditoriamente, se desdobravam em demandas por efetivação nos quadros do funcionalismo público, em particular na rede de escolas primárias e secundárias, por meio de indicação política; acesso automático a postos na rede pública de escolas primárias pelo ingresso e formação no Instituto de Educação e, ainda, a admissão na carreira por meio de concurso público. Por seu turno, a direção do Inep, a cargo de Anísio Teixeira, envidava esforços no sentido de disseminar idéias e práticas que correspondiam ao modelo de auto-formação do magistério,¹⁶ seja por meio da implantação das Escolas Laboratório –nas quais os professores refletiam sobre os experimentos realizados em suas aulas, no próprio espaço da escola em que trabalhavam – seja por meio de uma política de publicações voltada para o magistério que visava difundir os métodos ativos e a centralidade do ensino científico, ao lado da convicção de que o conhecimento da realidade nacional era o ponto-chave de uma política que visava a elevação do status profissional do magistério.

¹ Para a pesquisa com jornais, contamos com a colaboração de Amália Dias da aluna do curso de História IFCS/UFRJ e bolsista FAPERJ.

² Fundado em 1901, por Edmundo Bittencourt, *O Correio da Manhã* apresentou-se como um jornal sem compromissos partidários, mas afinado com a defesa dos interesses das massas e os direitos do povo. Durante a década de 1950, defendeu a legalidade nas eleições de 1955, condenando as tentativas de impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek Cf Dicionário Histórico Biográfico CPDOC-FGV.

³ O *Diário de Notícias* foi fundado em 1930 por Orlando Ribeiro Dantas, Nóbrega da Cunha e Alberto Figueiredo Pimentel. Durante o governo JK, acusou o presidente de corrupção, combateu a política econômica e a construção de Brasília, defendendo a renovação dos quadros políticos do país. Cf Dicionário Histórico Biográfico CPDOC-FGV.

⁴ Fundado em 12/06/1951 por Samuel Wainer, o jornal *Última Hora* introduziu mudanças na imprensa brasileira adotando novas técnicas de comunicação de massa. Esteve comprometido com a defesa do getulismo, mantendo essa postura mesmo após a morte de Vargas. Durante o governo Juscelino Kubitschek o vespertino intentou recuperar o prestígio perdido pós-54, apoiou a construção de Brasília e manteve permanentemente um repórter na nova capital. Cf Dicionário Histórico Biográfico CPDOC-FGV.

⁵ Fundado em 27/12/1949 por Carlos Lacerda, ex-articulista do *Correio da Manhã*, o jornal *Tribuna da Imprensa* divulgava os pressupostos políticos da União Democrática Nacional (UDN), opondo-se decisivamente aos setores comprometidos com o legado de Vargas e, por isso mesmo, suscitando intensa rivalidade com o jornal *Última Hora*.

⁶ *Correio da Manhã*, 29/03/1955 - 2º caderno, pág.2.

⁷ *Correio da Manhã*, 06/01/1955 - pág.7

⁸ *Correio da Manhã*, 10 de abril de 1955, Segundo Caderno, pág.4 e *Correio da Manhã*, 22 de junho de 1955, Segundo Caderno, pág.3.

⁹ *Diário de Notícias*, 25 de setembro de 1955, Segunda Seção, pág.1.

¹⁰ *Diário de Notícias*, 07 de dezembro de 1955, Segunda Seção, pág.1.

¹¹ Cf. CAMPOS, André Luiz Vieira. Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o serviço especial de saúde pública. In GOMES, Ângela de Castro (org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, FGV / EDUSF.

¹² *Correio da Manhã*, 9 de junho de 1956. Segunda seção, página 4. Manchete: Esperam os professores a homologação do concurso.

Resumo: recebidos na redação do jornal professores de inglês aprovados há 4 meses para lecionar em escolas secundárias da prefeitura. A prefeitura alega falta de recursos para nomeações, mas mantém professores substitutos.

¹³ *Diário de Notícias*, 24 de janeiro de 1956, Primeira Seção, página 3.

¹⁴ *Correio da Manhã*, 14 de agosto de 1956. Segundo Caderno, pág.4.

¹⁵ Os livros publicados são: *Ensinando Matemática à Criança* (1963) e *Estudos Sociais na Escola Primária – do 1 ao 4 ano* (1964).

¹⁶ Ao analisar as políticas de qualificação do magistério, Antonio Nóvoa (2002), refere-se ao modelo de “auto-formação participada”, considerando que a escola funcione como espaço de auto-reflexão e de partilha coletiva do pensamento autônomo e das experiências criativas desenvolvidas no trabalho diário dos professores. Cf. NÓVOA, Antonio (2002) *Formação de Professores e Trabalho Pedagógico*. Educa, Lisboa. (pp.09-30)